



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu

AVISO DE CONCURSO PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS

AVISO Nº ALT20-21-2021-54

**Sistema de Apoios ao Emprego e ao
Empreendedorismo**

+CO3SO EMPREGO – EMPREENDEDORISMO SOCIAL

AUTORIDADE DE GESTÃO

DOMÍNIO DA INCLUSÃO SOCIAL E EMPREGO

ALENTEJO

2020

PROGRAMA OPERACIONAL
REGIONAL DO ALENTEJO

Histórico de Versões

Versão	Data	Descrição	Destinatários
V.1.0	31-01-2021	Abertura do Aviso	Internos e externos
V.1.1	19-01-2022	1.ª Alteração do aviso	Internos e Externos

Sumário de alterações

Versão	Registo de alterações
V.1.1	Alterado o ponto n.º 8 do Aviso – Duração das operações. A data limite de execução das operações foi alterada de 31 de dezembro de 2022 para 30 de junho de 2023.

Programa Operacional Regional do Alentejo – Alentejo 2020		
Eixo Prioritário	5	Emprego e Valorização Económica dos Recursos Endógenos
Prioridade de Investimento	8.3	Emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras” (FSE).
Objetivo Específico	8.3.1	Aumentar a criação de emprego sustentável, designadamente para desempregados, através do apoio à criação do emprego por conta própria e à criação de empresas
Indicador de Realização	Postos de trabalho criados (Nº)	
Indicadores de Resultado	Postos de trabalho criados que se mantêm 6 meses após o fim do apoio (%)	
Fundo Estrutural	Fundo Social Europeu	
Tipologia de Intervenção	21	Criação de emprego por conta própria e apoio à criação de empresas
Tipologia de Operação	+ CO3SO Empreendedorismo Social (AG)	
Período de Candidaturas	Data de abertura	Dia útil seguinte à data da publicação
	Data de termo	Conforme ponto 15 do aviso

Preâmbulo

O presente aviso de abertura de concurso para apresentação de candidaturas (AAC) foi elaborado nos termos previstos no n.º 6 do artigo 16.º do Regulamento Geral dos Fundos Europeus e de Investimento (FEEI) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro, n.º 88/2018, de 6 de novembro, n.º 127/2019, de 29 de agosto, n.º 169-B/2019, de 3 de dezembro e n.º 10-L/2020, de 26 de março, em conjugação com o artigo 9.º do Regulamento Específico do Domínio da Inclusão Social e Emprego (REISE), publicado através da Portaria n.º 97-A/2015 de 30 de março, alterada pelas Portarias n.ºs 181-C/2015 de 19 de junho, 265/2016 de 13 de outubro, 41/2018 de 1 de fevereiro, 235/2018 de 23 de agosto, 66/2019 de 20 de fevereiro, 163/2020 de 1 de julho, 140/2020 de 16 de junho, 163/2020 de 1 de julho, 279/2020 de 7 de dezembro e 131/2021 de 25 de junho.

O presente aviso enquadra-se no âmbito da alínea c) do n.º 3 do artigo 1.º da Portaria n.º 52/2020, de 28 de fevereiro, alterada pela Portaria n.º 128/2020, de 26 de maio, que operacionaliza o Sistema de Apoios ao Emprego e ao Empreendedorismo +CO3SO Emprego, de ora em diante abreviadamente designado por +CO3SO Emprego, e que define as regras aplicáveis aos apoios concedidos às operações previstas na alínea e) do n.º 2 do artigo 74.º do REISE, através do Fundo Social Europeu (FSE).

O presente aviso visa promover a criação de emprego no Alentejo, enquanto região especialmente atingida pela crise da COVID-19, com repercussões no aumento do desemprego, na desestruturação do tecido empresarial e no agravamento das situações de carência e exclusão social, por via do reforço da capacidade de resposta das instituições do setor solidário.

Adicionalmente o envelhecimento é um aspeto chave na região, sobretudo se associado à baixa densidade e ao isolamento, e importa, com base numa abordagem pelos processos, investir em aspetos como a prestação de cuidados, mas também inovar nas abordagens preventivas do envelhecimento, centradas nas pessoas, sempre numa lógica de “envelhecimento no meio”.

Neste contexto as intervenções apoiadas neste aviso assumem uma dimensão estratégica regional de coesão territorial, razão pela qual o aviso é aberto ao abrigo da alínea c) do n.º 3 do artigo 1.º do +CO3SO Emprego

1. Objetivos e prioridade de investimento visadas

O Programa Operacional Regional do Alentejo, no âmbito do Eixo 5 – Emprego e Valorização Económica dos Recursos Endógenos, integra a prioridade de investimento (PI) 8.iii “Emprego por

conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras” (FSE).

As candidaturas, para serem consideradas elegíveis ao presente concurso, devem demonstrar o seu contributo para a prossecução do objetivo específico 8iii.1- “Aumentar a criação de emprego sustentável, designadamente para desempregados, através do apoio à criação do emprego por conta própria e à criação de empresas”, no âmbito da PI 8.iii.

As candidaturas têm como objetivo a concretização de projetos de empreendedorismo social, na aceção da alínea f) do art.º 2.º do Regulamento do +CO3SO Emprego, envolvendo um projeto de índole económico-social e a criação líquida de postos de trabalho, no âmbito da modalidade prevista na alínea c) do nº 2 do artigo 1.º do +CO3SO Emprego Empreendedorismo Social.

2. Tipologia das operações e modalidade de candidatura

Nos termos conjugados do previsto no REISE e no +CO3SO Emprego para esta tipologia de operações¹, são suscetíveis de apoio no âmbito deste AAC da modalidade “+CO3SO Emprego Empreendedorismo Social” projetos de criação de criação de emprego que decorram de um projeto de empreendedorismo social a concretizar, nomeadamente:

- a) os projetos que decorram da continuidade de projetos apoiados no âmbito da medida de Apoio ao Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais e de Saúde, criada pela Portaria n.º 82-C/2020, de 31 de março, na redação que lhe foi dada pela Portaria n.º 128/2021, de 24 de junho e que prevejam a contratação de pessoas que tenham estado envolvidas em atividades de trabalho socialmente necessário no âmbito da referida medida;
- b) os projetos inovadores que, no âmbito das respostas sociais e na área social e da saúde e bem-estar, procurem responder a desafios societais prementes de sustentabilidade demográfica, por exemplo, pela promoção de um envelhecimento ativo e saudável, bem como pela melhoria do bem-estar físico e psicológico dos utentes e trabalhadores das respostas sociais;
- c) outros projetos inovadores de empreendedorismo social que concorram para os objetivos do ponto 1 do AAC.

No âmbito destes projetos, é passível de financiamento a criação de postos de trabalho por conta de outrem, através de contratos de trabalho sem termo celebrados após a apresentação da candidatura, nos termos conjugados das alíneas b) a d) e f) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 6.º do +CO3SO Emprego:

¹ Cf. REISE [alínea e) do n.º 2 do artigo 74.º] e +CO3SO Emprego [alínea c) do n.º 2 do artigo 1.º, artigo 6.º e alínea d) do artigo 9.º].

- a. Criação de postos de trabalho para desempregados inscritos há pelo menos seis meses no Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P. (IEFP, I. P.);
- b. Criação de postos de trabalho para desempregados inscritos há pelo menos dois meses no IEFP, I. P., caso se trate de pessoa com idade igual ou inferior a 29 anos ou com idade igual ou superior a 45 anos;
- c. Criação de postos de trabalho para desempregados inscritos no IEFP, I. P., independentemente do tempo de inscrição, quando se trate de:
 - i) Beneficiário de prestação de desemprego;
 - ii) Beneficiário do rendimento social de inserção;
 - iii) Pessoa com deficiência e incapacidade;
 - iv) Pessoa que integre família monoparental;
 - v) Pessoa cujo cônjuge ou pessoa com quem viva em união de facto se encontre igualmente em situação de desemprego, inscrito no IEFP, I. P.;
 - vi) Vítima de violência doméstica;
 - vii) Refugiado;
 - viii) Ex-recluso e aquele que cumpra ou tenha cumprido penas ou medidas judiciais não privativas de liberdade em condições de se inserir na vida ativa;
 - ix) Toxicodependente em processo de recuperação;
 - x) Pessoa que tenha prestado serviço efetivo em Regime de Contrato, Regime de Contrato Especial ou Regime de Voluntariado nas Forças Armadas e que se encontre nas condições previstas no n.º 2 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 76/2018, de 11 de outubro;
 - xi) Pessoa em situação de sem-abrigo;
 - xii) Vítima de tráfico de seres humanos.
- d. Criação de postos de trabalho para pessoas que não tenham registos na segurança social como trabalhadores por conta de outrem, nem como trabalhadores independentes nos 6 meses anteriores à contratação.

3. Entidades beneficiárias

Nos termos da alínea c) do artigo 7.º do +CO3SO Emprego são beneficiárias das operações previstas no número anterior, as entidades da economia social previstas no artigo 4.º da Lei n.º 30/2013, de 8 de maio, a saber:

- a) As cooperativas;
- b) As associações mutualistas;
- c) As misericórdias;
- d) As fundações;
- e) As instituições particulares de solidariedade social não abrangidas pelas alíneas anteriores;
- f) As associações com fins altruísticos que atuem no âmbito cultural, recreativo, do desporto e do desenvolvimento local;
- g) As entidades abrangidas pelos subsectores comunitário e autogestionário, integrados nos termos da Constituição no sector cooperativo e social;
- h) Outras entidades dotadas de personalidade jurídica, que respeitem os princípios orientadores da economia social previstos no artigo 5.º da presente lei e constem da base de dados da economia social.

4. Área geográfica de aplicação

A elegibilidade geográfica é determinada pelo local onde se realiza o projeto, o qual, em conformidade com o disposto na alínea f) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 71.º do REISE, corresponde à localização dos postos de trabalho identificados no contrato de trabalho, e tem de se situar dentro dos limites geográficos da região do Alentejo (NUTS II).

5. Âmbito setorial

São elegíveis as operações que promovam atividades económico-sociais, livremente levadas a cabo pelas entidades que têm por finalidade prosseguir o interesse geral da sociedade, quer

diretamente, quer através da prossecução dos interesses dos seus membros, utilizadores e beneficiários, quando socialmente relevantes.

Salienta-se, ainda que, não são elegíveis os projetos que incluam investimentos decorrentes do cumprimento de obrigações previstas em contratos de concessão ou associação com o Estado (Administração Central ou Local), nos termos do n.º 2 do artigo 5.º do +CO3SO Emprego.

Nos casos de existência de Acordos de Cooperação com o Instituto da Segurança Social I.P. (ISS), a criação de emprego a relevar para os presentes apoios deverá obrigatoriamente concorrer para o reforço das respostas sociais a competências não cobertas na regulamentação/acordo de cooperação de cada uma das respostas sociais.

6. Critérios de elegibilidade dos beneficiários

Os beneficiários deverão cumprir os critérios constantes do artigo 8.º do +CO3SO Emprego, com exceção do previsto alínea i) do n.º 1 do mesmo artigo.

7. Critérios de elegibilidade das operações

- a) Para além dos critérios de elegibilidade previstos no artigo 3.º do REISE, as operações deverão ainda respeitar as seguintes condições:
- b) Estarem enquadradas no âmbito das tipologias de operação previstas no ponto 2 do presente aviso;
- c) Conduzirem à criação líquida de emprego, nos termos definidos na alínea b) do artigo 2.º do +CO3SO Emprego;
- d) Estarem em conformidade com as normas legais e regulamentares nacionais e europeias, que lhes forem aplicáveis;
- e) Integrarem toda a informação exigida no âmbito da instrução do processo de candidatura, incluindo a relativa ao projeto de empreendedorismo social a desenvolver nos termos do presente Aviso, respeitando as condições e os prazos fixados;
- f) Apenas serão consideradas elegíveis operações em que o projeto de empreendedorismo social e os postos de trabalho a criar incidem em áreas de intervenção, serviços ou valências que não decorram

do cumprimento de obrigações previstas em contratos de concessão ou associação com o Estado (Administração Central ou Local).

Neste sentido, as candidaturas apenas poderão prever a contratação de trabalhadores que acresçam aos abrangidos pelo âmbito dos Acordos de Cooperação.

A entidade beneficiária deverá, ainda, assegurar um sistema contabilístico que permita a separação das contas relativas às atividades objeto de Acordo de Cooperação e das contas relativas às atividades abrangidas pelos apoios concedidos ao abrigo da modalidade + CO3SO Emprego Empreendedorismo Social.

8. Duração das operações

Nos termos do previsto no artigo 10.º do +CO3SO Emprego a duração máxima das operações é de 12 meses contados a partir da criação do primeiro posto de trabalho, devendo a sua conclusão ocorrer, em qualquer caso, até 30 de junho de 2023.

A data de conclusão da operação corresponde ao último dia do período de apoio, nos termos do cronograma aprovado.

Nos termos do previsto no artigo 12.º-A do REISE, os beneficiários das operações aprovadas no âmbito deste aviso devem iniciar as operações no prazo máximo de 90 dias úteis a contar da data prevista para o início da sua realização ou da data de conhecimento da decisão de aprovação, quando esta for posterior.

O incumprimento deste prazo determina a caducidade da decisão de aprovação da candidatura.

9. Forma dos apoios

Os apoios a conceder no âmbito do +CO3SO Emprego Empreendedorismo Social são financiados pelo FSE revestindo a forma de subvenção não reembolsável conforme previsto no artigo 12.º do seu regulamento, através de:

- a) Comparticipação integral dos custos diretos com os postos de trabalho criados, englobando a remuneração base, acrescida das despesas contributivas da responsabilidade da entidade empregadora, de acordo com os limites constantes do número 10 do presente aviso;
- b) Uma taxa fixa de 40% sobre os custos referidos na alínea anterior para financiar outros custos associados à criação de postos de trabalho.

Os apoios são concedidos ao abrigo do Regulamento (UE) n.º 1407/2013, da Comissão de 18 de dezembro, relativo aos auxílios de minimis, nos termos do artigo 20.º do +CO3SO Emprego. Assim, sem prejuízo de outras disposições do Regulamento (UE) n.º 1407/2013, salienta-se, de modo especial, que o montante total do auxílio *de minimis* concedido por um Estado-Membro a uma empresa única não pode exceder 200 000,00 € (duzentos mil euros) durante um período de três exercícios financeiros ².

10. Regras e limites à elegibilidade de despesas

No âmbito do presente aviso, são elegíveis os custos diretos, efetivamente incorridos e pagos, com os postos de trabalho criados (encargos com remunerações de base acrescidas das respetivas despesas contributivas a cargo da entidade empregadora), num período máximo de 12 meses, para cada posto de trabalho criado.

Para as remunerações-base mensais são fixados os limites máximos previstos nas alíneas seguintes, em conformidade com o n.º 3 do artigo 13.º do +CO3SO Emprego:

- a) Para os três primeiros postos de trabalho criados, até ao montante equivalente a 3 vezes o Indexante de Apoios Sociais (IAS) por posto de trabalho, por cada mês de apoio.
- b) Entre o quarto e o sexto posto de trabalho criado, até ao montante equivalente a 2,5 vezes o IAS por posto de trabalho, por cada mês de apoio;
- c) A partir do sétimo posto de trabalho criado, até ao montante equivalente a 2 vezes o IAS por posto de trabalho, por cada mês de apoio.

Da remuneração-base e das respetivas despesas contributivas da entidade empregadora são excluídos os subsídios de Natal e de férias.

As despesas supra referidas apenas serão elegíveis se relativas à criação de postos de trabalho para trabalhadores por conta de outrem previstos nas alíneas b) a d) e f) do n.º 1 do artigo 6º do + CO3SO Emprego:

- i. com contrato de trabalho sem termo celebrado após a apresentação da candidatura;
- ii. que não tenham tido um vínculo de trabalho com a entidade beneficiária ou entidades suas associadas durante os 12 meses anteriores à data da candidatura;
- iii. que não correspondam a membros de órgãos de direção da entidade, dirigentes, administradores ou cooperadores da entidade beneficiária.

² Na aceção prevista da alínea e) do artigo 2.º do +CO3SO Emprego.

O período de elegibilidade das despesas está compreendido entre a data submissão da candidatura e 31 de dezembro de 2022.

Não são elegíveis custos com postos de trabalho que tenham sido alvo de apoio do prémio de emprego previsto no artigo 5.º-A da Portaria n.º 82-C/2020 de 31/03/2020, na sua redação atual.

11. Procedimentos de análise, seleção e decisão das candidaturas

Os procedimentos de análise, seleção e decisão das candidaturas seguem a tramitação prevista no artigo 15.º do +CO3SO Emprego.

Depois de verificados os critérios de elegibilidade previstos nos números 6 e 7 do presente aviso, as candidaturas serão objeto de uma apreciação de mérito, efetuada com base nos critérios de seleção constantes do referencial de mérito (anexo A).

Para efeitos de seleção consideram-se elegíveis e objeto de hierarquização os projetos que obtenham uma pontuação final igual ou superior a 3,00.

Em sede de avaliação do mérito, serão prioritários os projetos que decorram da continuidade de projetos apoiados no âmbito da medida de Apoio ao Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais e de Saúde, criada pela Portaria n.º 82-C/2020, de 31 de março, na sua atual redação, e que prevejam a contratação de desempregados que tenham estado envolvidos em atividades de trabalho socialmente necessário no âmbito da referida medida.

Concluída a análise das candidaturas e antes de ser adotada a decisão final, os projetos são ordenados por ordem decrescente em função do mérito do projeto (MP), até ao limite orçamental do aviso, estabelecendo como limiar de seleção o MP do último projeto com proposta de decisão favorável.

Os candidatos são ouvidos no procedimento, nos termos legais, sendo concedido um prazo máximo de 10 dias úteis para apresentar eventuais alegações, contados a partir do dia seguinte ao da data da notificação da proposta de decisão, designadamente quanto à eventual intenção de indeferimento e aos respetivos fundamentos.

12. Aceitação da decisão

A aceitação da decisão da concessão do incentivo é formalizada mediante a assinatura de termo de aceitação devidamente autenticada nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

Nos termos do n.º 3 do artigo 10.º do REISE, cada termo de aceitação deverá ser submetido no prazo máximo de 30 dias úteis a contar da data da notificação da respetiva decisão.

13. Pagamentos

O pagamento do incentivo é efetuado nos termos do n.º 6 do artigo 25.º do Decreto-Lei nº 159/2014, de 27 de outubro, na sua redação atual, tendo o beneficiário direito:

- i. A um adiantamento, logo que a operação se inicia, até ao montante de 15 % do valor total aprovado, no caso de candidaturas anuais, ou do valor aprovado para cada ano civil, no caso de candidaturas plurianuais;
- ii. Ao reembolso das despesas efetuadas e pagas, acrescidas do valor correspondente à aplicação da taxa fixa de 40% sobre as despesas efetuadas e pagas associadas à criação dos postos de trabalho, conforme previsto no número 9 e com os limites mensais indicados no número 10, ambos do presente aviso, desde que a soma do adiantamento e dos pagamentos intermédios de reembolso não exceda o valor máximo global definido pela autoridade de gestão, o qual não pode ser superior a 85 % do montante total aprovado;
- iii. Ao reembolso do saldo final que vier a ser aprovado.

14. Limite ao número de candidaturas

Ao abrigo do presente aviso cada beneficiário apenas poderá apresentar uma candidatura.

15. Modalidades, procedimentos, prazo para apresentação das candidaturas

A apresentação de candidaturas é feita através de formulário eletrónico no Balcão Portugal 2020 no sítio <https://www.portugal2020.pt/Balcao2020/>, instruída com os anexos aí identificados.

Para apresentar a candidatura as entidades promotoras devem previamente efetuar o registo e autenticação no Balcão 2020. Com essa autenticação é criada uma área reservada na qual o beneficiário poderá contar com um conjunto de funcionalidades, independentemente da natureza do projeto, a Região ou o Programa Operacional a que pretende candidatar-se.

A apresentação das candidaturas decorre entre o dia útil seguinte ao da publicação do presente aviso, e o dia 28 de fevereiro de 2022 às 17h59m59s.

A Autoridade de Gestão pode suspender ou cancelar a receção de candidaturas a qualquer momento, em função do esgotamento da dotação prevista no presente aviso, através de

comunicação prévia a publicar nos locais definidos no ponto 21, com uma antecedência mínima de 24 horas em relação à data estabelecida para a suspensão.

Salienta-se que, por uma questão de prudência, os beneficiários devem evitar a submissão de candidaturas no último ou últimos dias do prazo.

16. Dotação indicativa do fundo a conceder

A dotação indicativa do FSE afeta ao presente concurso é de 700 000,00 € (setecentos mil euros).

17. Obrigações ou compromissos específicos dos beneficiários

Sem prejuízo do cumprimento das obrigações previstas no artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, ficam ainda os beneficiários obrigados a cumprir com as disposições do artigo 18.º do +CO3SO Emprego, nomeadamente quanto à obrigação de manter os postos de trabalho e o nível de emprego pelo período de pelo menos 36 meses, independentemente da duração dos apoios concedidos.

Os beneficiários devem ainda comunicar as alterações ou ocorrências relevantes que ponham em causa os pressupostos relativos à aprovação do projeto, em momento prévio, exceto quando tal não seja possível, em qualquer caso, antes da conclusão física da operação.

18. Identificação dos indicadores a alcançar

Prosseguindo uma orientação para resultados, constante do artigo 19.º do +CO3SO Emprego, os projetos a financiar deverão contribuir para os seguintes indicadores, previstos no nº 1 do artigo 73.º do REISE e no Programa Operacional:

PI	Indicadores Realização	Indicadores Resultado
8.3	Postos de trabalho criados (Nº)	Postos de trabalho criados que se mantêm 6 meses após o fim do apoio (%) ³

³ Nº de postos de trabalho que se mantêm 6 meses após o mês de conclusão da operação/Nº de postos de trabalho criados no âmbito da operação X 100. O valor mínimo não poderá ser inferior a 100%, quando esteja em causa a criação de 1 posto de trabalho e 50%, nos restantes casos, devendo arredondar-se o resultado de modo a considerar no numerador nº inteiro de postos de trabalho (Ex.: 1 PT = 1/1= 100%; 2 PT = ½= 50%; 3 PT = 2/3 = 68%; 4 PT = 2/4 = 50%; 5 PT = 3/5= 60%; etc.).

Serão objeto de contratualização e monitorização as metas previstas pelo beneficiário e aceites pela Autoridade de Gestão em sede de decisão.

19. Incumprimento e restituição do apoio

O incumprimento das obrigações, incluindo dos resultados contratados, pode determinar a redução ou revogação do incentivo, nos termos do artigo 15.º do REISE e do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação e a restituição a que haja lugar, nos termos do artigo 26.º do mesmo diploma, conjugado com as disposições do artigo 21.º do +CO3SO Emprego.

Serão ainda revogadas as operações em que se registem alterações ou incumprimentos que resultem numa reclassificação da avaliação do mérito inferior ao limiar de seleção referido no número 11.

20. Organismos responsáveis pela análise

Nos termos do n.º 2 do artigo 14.º do +CO3SO Emprego, o organismo responsável pela análise e deliberação é a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional ALENTEJO 2020.

21. Divulgação de resultados e pontos de contacto

No portal Portugal 2020 (www.portugal2020.pt), do Alentejo2020 (www.alentejo.portugal2020.pt) os candidatos, têm acesso:

1. As outras peças e informações relevantes, nomeadamente legislação enquadradora e formulário de candidatura;
2. A Suporte técnico e ajuda ao esclarecimento de dúvidas no período em que decorre o concurso;
3. Aos pontos de contacto para obter informações adicionais;
4. Aos resultados deste concurso.

29 de dezembro de 2021

O Presidente da Comissão Diretiva

António Ceia da Silva

ANEXOS

Anexo A – Referencial de Mérito

Anexo B – Documentos a apresentar com a candidatura

Anexo C – Modelo de Memória Descritiva

Anexo D – Ficha de verificação do cumprimento da legislação ambiental em projetos cofinanciados, se aplicável

Anexo E – Declaração da integração da perspetiva de igualdade entre homens e mulheres e igualdade de oportunidades e da não discriminação em operações cofinanciadas